

**PERFIL DOS ESTUDANTES INGRESSANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ -
CAMPUS CORRENTE NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ADMINISTRAÇÃO NO
ANO DE 2022**

ALAN ELIAS SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

THANANDRA COSTA MARANHÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNÁIBA (UFDPAR)

PATRÍCIA OLIVEIRA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI)

DANIELA ROCHA DE SOUZA CUNHA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

LUDIMILA DA SILVA ROCHA

PERFIL DOS ESTUDANTES INGRESSANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS CORRENTE NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 2022

Resumo: A identificação e o conhecimento do perfil estudantil, considerando suas diferenças e singularidades, se faz relevante para a instituição de ensino, e reverbera em políticas públicas que envolvem o ingresso, a permanência e o êxito no ensino. Tendo em vista tal premissa, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o perfil dos alunos ingressantes do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - *Campus* Corrente. Os dados obtidos foram tabulados e submetidos a uma etapa subsequente de análise descritiva. As perguntas do questionário aplicado pela instituição abrangem uma identificação a partir do recolhimento de informações sobre determinados aspectos, tais como: idade, condições socioeconômicas, escolha do curso, origem escolar, dentre outras. Com base nos dados obtidos junto à instituição, pode-se inferir a importância de uma ferramenta permanente institucional capaz de construir um perfil mais completo e fidedigno dos alunos, a fim de atender ao trabalho dos educadores e gestores. Ainda, seria importante que essa ferramenta contemplasse o pensar mais específico de ações inclusivas qualificadas e de assistência estudantil mais eficientes.

Palavras-chave: Perfil. Ensino Médio Integrado. Ações.

1. INTRODUÇÃO

O Ensino Médio Integrado (EMI) dos Institutos Federais apresenta-se com grande potencial de sucesso escolar, seja para os filhos das classes socioeconômicas mais favorecidas, seja para as classes trabalhadoras que, na maioria das vezes, conseguem o acesso, inclusive por meio das ações afirmativas praticadas pela instituição (Almeida; Lyra-Silva, 2021). Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como instituição de ensino pública, pertencente à rede federal, recebe alunos com um perfil diversificado, principalmente nos campi do interior do estado (Santos, 2016). Para a autora, há certa predominância de estudantes provenientes de cidades circunvizinhas, zona rural e bairros mais longínquos.

Assim sendo, conhecer a real pluralidade do perfil do alunado é de grande valia visando um bom planejamento institucional e, para isso, é preciso identificar as maiores carências no campo socioeconômico e subjetivas dos estudantes, bem como as necessidades de mudanças estruturais e metodológicas. O conhecimento dessas variáveis constitui condição essencial na formulação de estratégias mais adequadas para ingresso, permanência e êxito escolar.

Sendo assim, o presente estudo tem como principal objetivo analisar o perfil dos alunos ingressantes no curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração do IFPI, *Campus* Corrente. Essa construção é de suma importância especialmente a considerar a necessidade de conhecer o grupo de alunado que ingressou no referido curso em 2022, bem como ser um estudo que seja parâmetro para direcionar políticas de assistência estudantil mais eficientes conectadas à realidade do alunado.

Em razão disso, esta pesquisa justifica-se por são legítimas na medida em que os resultados podem oferecer algum subsídio para a gestão da instituição em geral e a gestão acadêmico-pedagógica em particular. De cunho prático, trazer à tona tal discussão, apresenta-se como relevante ao sedimentar uma análise baseada na realidade local onde o Instituto Federal está inserido, fato este que deve ser levado em consideração, seja na adoção de políticas públicas de ingresso, seja nas ações de permanência dos alunos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ensino médio integrado e os Institutos Federais no Brasil

O Ensino Médio Integrado (EMI) é uma etapa da Educação Básica que, a partir do Decreto no 5.154/2004, retorna à realidade legal brasileira na intenção de integrar a formação humana com a capacitação profissional, garantindo uma formação integral para os sujeitos. Para Araújo e Silva (2017), o EMI é, talvez, uma dessas oportunidades únicas de se intervir, diretamente, na formação de uma sociedade em constante processo de transformação, pois o seu papel consiste em acolher a geração que, em poucos anos, pode ocupar espaços decisórios relativos aos rumos sociais a serem seguidos. Por essa razão, o modelo de EMI, não obstante a polissemia que lhe é inerente, se configura como uma proposta de enfrentamento às chagas históricas que marcaram profundamente a estrutura da sociedade brasileira: a desigualdade econômica, as injustiças sociais e a intolerância de classe e cultural (Andrade; Melo, 2020).

O EMI surgiu como uma possibilidade aos estudantes de receber uma formação básica de qualidade, com base nos preceitos da ciência, tecnologia, cultura e trabalho, possibilitando a aquisição dos conhecimentos científicos produzidos ao longo do tempo, integrando-se com uma formação profissional (Moura, 2010). Dessa forma, contemplam-se todas as demandas sociais e igualam-se os direitos a uma educação digna.

De acordo com Carneiro (2012), o ensino da Rede Federal é referência e deveria ser expandido para os demais sistemas de ensino, pois possibilita uma sólida formação aos seus estudantes. Dessa forma, compreende-se que a Rede Federal vem se consolidando com um EMI de referência, haja vista os últimos resultados por ela apresentados nos exames do PISA, que mostram a situação privilegiada da Rede. No exame de 2015, na área de Ciências, a Rede Federal obteve desempenho de 517 pontos, o que foi superior aos pontos obtidos pelos países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com pontuação de 493; muito acima, também, do que foi conseguido pela rede privada de ensino, 487 pontos, e pela rede estadual, 394 pontos. Isso permitiu transformá-lo em uma referência de educação pública de qualidade para uma parcela da população, que ao longo dos anos comprova sua eficácia e eficiência.

Diante do exposto, julga-se que a rede de Institutos Federais, usualmente chamada de IFs, trilhando o caminho para ser uma referência no país, seja o motivo para muitos estudantes prestarem as provas seletivas para ingressarem nos institutos. Ao que pode parecer, para alguns estudantes, o mais importante é ingressar nos IFs, devido ao seu reconhecimento na sociedade como um todo, muito embora, não saibam a relevância da educação ofertada, com base nos preceitos da ciência, tecnologia, cultura e trabalho (Moura, 2010). Nesse contexto, muitos dos discentes optam por qualquer curso técnico, pois estão, sobretudo, interessados na qualidade do ensino médio.

Carneiro (2012), ao discorrer sobre a qualidade do ensino ofertado aos alunos pela Rede Federal, reconheceu essa condição de ensino como uma experiência nova e positiva, sobretudo, por que “Possuem, os alunos egressos destas instituições, uma educação geral conjugada a uma formação técnica de alto padrão. Isto apenas comprova que, se o Estado brasileiro quisesse, de fato, as escolas públicas do Ensino Médio teriam padrões de qualidade semelhantes.” (Carneiro, 2012, p. 160).

Pode-se constatar que o êxito do alunado, a qualidade e a excelência do EMI da Rede Federal dependerão do compromisso dos profissionais da educação na busca de mudanças estruturais, as quais alimentam a radicalidade e a vitalidade desse projeto (Andrade; Melo, 2020). Para isso, é necessário conhecer para atender, o que demanda conhecer o perfil dos aprendizes, para assim ajudá-los da melhor forma.

2.2 Perfil de alunos

A missão das instituições de ensino se cumpre na medida em que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para

o projeto de uma sociedade justa e igualitária. Todavia, discorrer sobre tal cenário e sobre o perfil do alunado requer, inicialmente, um olhar sobre outros espaços de ensino e aprendizagem, que de forma explícita ou implícita, produzem condições e consequências outras, no âmbito da instituição e, em seguida, considerar diversos aspectos que permeiam.

Para conhecer o perfil do alunado, é relevante também considerar diversos aspectos subjetivos que permeiam a vida dos sujeitos. Almeida e Lyra-Silva (2021) ratificam o pensar quando defendem que, para a compreensão do êxito ou fracasso dos alunos, são da maior relevância as atribuições causais do (in)sucesso.

Diante do exposto, faz-se necessário conhecer sobre o alunado, sobretudo o perfil, que envolve fatores sociais, econômicos e culturais, os quais influenciam diretamente na formação e as expectativas do educando. Gomes, Mota e Leonardo (2014) destacam que saber acerca do perfil do aluno, favorece a implementação de estratégias para aprendizagem, a considerar especificamente o tipo e linguagem do material didático, além de garantias de eficiências no processo desde o planejamento ao desenvolvimento e direcionamento do curso.

De acordo com Silveira, Pelanda e Berté (2016), conhecer o perfil dos alunos favorece o direcionamento e a implantação de ações capazes de auxiliar o processo de ensino e aprendizagem. Por sua parte, Silva, Vieira e Berté (2017) reconhecem a possibilidade de formular novas estratégias para o curso a partir dessa caracterização. Nesse bojo, entende-se que, quanto maior o conhecimento sobre seu público, melhor este poderá ser atendido e mais chances terá de galgar horizontes dantes impensáveis.

Atualmente, entre os alunos de ensino médio, predomina o perfil de pessoas extremamente conectadas às redes sociais. Essa característica é marcante no público com faixa etária de 15 a 17 anos, que já concluíram o ensino fundamental e estão a caminho do término da educação básica. Nessa discussão, torna-se relevante resgatar Carneiro (2012), o qual já tinha evidenciado sobre o nível de formação da rede federal, combinado com o reconhecimento dos alunos. Para eles, a escola ideal se preocupa com a inclusão e assegura o mínimo de infraestrutura para garantir uma educação de qualidade.

Nesse bojo, o autor supracitado alude outros fatores, como ambiente de trabalho adequado, infraestrutura de apoio funcional e política permanente de capacitação, além de um quadro docente estável. Cabe destacar que os jovens estudantes do Ensino Médio, de modo geral, são vistos como distintos da geração anterior, e exigem, por conta disso, uma abordagem educativa diferenciada e moderna, perpassando por reflexões sobre propósito de vida, motivação da escolha da instituição/cursos; expectativas profissionais, experiência de trabalho, tempo dedicado aos estudos etc.

Ademais, Almeida e Lyra-Silva (2021) imputam ao desempenho escolar do aluno condições particularmente presentes na escola, dadas as oportunidades de confronto do alunado com os objetivos curriculares traçados e a frequência das avaliações, favorecendo a obtenção de resultados promissores.

Para Knowles (1980), é de grande interesse conhecer as características dos aprendentes, pois seu comportamento é influenciado pela combinação de suas necessidades com a sua situação e características pessoais. Tal conhecimento é importante não só visando o planejamento de programas e cursos, mas também para iniciar as estratégias necessárias a fim de levá-los a efeito.

Nesse contexto, as instituições de ensino-aprendizagem precisam ter consciência que fazem parte do papel decisório na vida do estudante, tanto no ingresso quanto na permanência e constância na instituição. Assim, caracterizar o perfil dos ingressantes constitui-se uma ferramenta importante para superar alguns desafios enfrentados pela instituição na formação destes profissionais, além de poder programar, a partir disso, estratégias na formação. Além de compreender como estas interferem – de forma negativa ou positiva –, na sobrevivência e permanência do aluno na instituição de ensino.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

O método empregado neste estudo foi o indutivo, o qual objetiva a coleta dos elementos relativos ao fenômeno pesquisado, que por meio procurou detalhar as características de um grupo de 35 alunos ingressantes, em 2022, na turma do Curso Técnico Integrado em Administração, no primeiro ano do referido curso. Para isso, ainda, considerou-se a gama de aportes teóricos encontrados nos estudos científicos similares que versam sobre o tema investigado, tendo sido realizada, dessa forma, também uma pesquisa bibliográfica.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é considerada descritiva na medida em que visou retratar os dados do grupo em estudo, estabelecendo, ainda, as relações entre variáveis. Para a abordagem do problema, adotou-se técnicas estatísticas simples. O emprego de tal procedimento foi possível em razão dos dados que permitiram, durante o tratamento, categorizar as respostas por meio de gráficos contendo percentuais, os quais, visando traçar o perfil dos alunos, permitiram alicerçar as informações obtidas com o conhecimento produzido e, desse modo, atender ao objetivo norteador desta pesquisa.

Por fim, dentro do processo metodológico delineado, este estudo configura-se também como documental, pois foi acessado documento interno da organização a fim de encontrar os dados necessários à pesquisa. O acesso ao documento permitiu a busca das informações e partes do fenômeno aprofundado com a etapa bibliográfica, a qual consistiu na leitura e interpretação das informações para aprimorar ideias ou descoberta de intuições, que dão o devido suporte às análises (Richardson *et al.*, 1999). Ademais, no caso aplicado, visa compreender circunstâncias sociais e econômicas.

Os dados foram obtidos junto ao serviço social do IFPI, a partir do questionário socioeconômico aplicado anualmente junto aos alunos ingressantes no *Campus*, por meio da ferramenta *Google Forms*. O questionário eletrônico é disponibilizado no sítio do IFPI (<http://www5.ifpi.edu.br/>), estruturado com perguntas fechadas, em sua maioria, e o aluno responde no ato da matrícula.

Cabe pontuar que, por serem estudantes recebem orientações para responderem ao formulário, bem como a Instituição, por meio de sua equipe de servidores, ajudam quando solicitado, respeitado o caráter ético, por conta de algumas perguntas de cunho sigiloso no momento da matrícula. Ainda assim, percebe-se, em alguns casos, uma falta de clareza no entendimento das perguntas eventualmente, mas nada que seja aguda, o que possa comprometer dos dados, tampouco impossibilitar inferências postas.

Com o levantamento, foi possível analisar as respostas que, posteriormente, as ações realizadas no decorrer deste momento, permitiu a elaboração de gráficos e atos de inferências, referentes às questões contidas no questionário. Estas serão apresentadas na seção seguinte.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1 Identificação Geral

O primeiro item em análise tem a ver com a faixa etária dos ingressantes (gráfico 1), é possível constatar o predomínio de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, sendo um contingente muito maior nesta faixa, conforme visto no gráfico, e o restante entre 13 a 14 anos. Ao se observar a Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996)¹, os ingressantes estão dentro da faixa etária pré-determinada para ingresso no ensino médio.

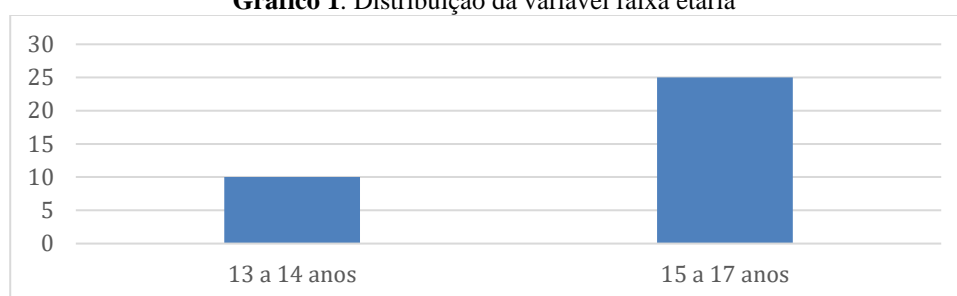
Essa constatação, quanto à idade, também está referendada em estudo conduzido por Almeida e Lyra-Silva (2021), pois a oferta do ensino médio volta-se à população de 15 a 17 anos. Este fator é positivo sob o enfoque da LDB para o ensino médio, pois, além da realidade

¹ A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e traz em seu inciso I do artigo 4º I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, ofertada como dever do Estado. O ensino médio compreende a etapa final do ciclo básico escolar, com duração mínima de três anos, conforme prevê o artigo 35. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso 27 jun. 2023.

estimada, traz a expectativa de que os alunos poderão concluir esta etapa do ensino considerando a duração mínima de três anos deste. Os autores ainda acrescentam que, “além do mais, o estudante concluindo o curso na idade certa pode demonstrar também que foi um ingressante na idade correta e obteve aprovação em todas as séries, indicando que obteve um bom desempenho acadêmico” (Almeida; Lyra-Silva, 2021, p. 332).

Pode-se inferir, ainda, dois aspectos quanto à faixa etária. O primeiro, mais subjetivo, diz respeito ao alunado que está no ciclo escolar correspondente à sua faixa etária e tivera êxito em seu desempenho, além de poder conseguir um bom rendimento a partir de um acompanhamento escolar e familiar adequado. Corroboram com a análise Santos e Santos (2014) quando, em seu estudo, perceberam que as famílias com alto índice de escolarização tendem a acompanhar e contribuir para um melhor rendimento dos filhos nas atividades escolares. O segundo ponto de análise é mais objetivo, e considera que o Estado cumpre sua função ao oferecer escolas que possibilitem a inserção e continuação da formação dentre as respectivas áreas apresentadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE)².

Gráfico 1. Distribuição da variável faixa etária



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Com relação à questão da autodeclaração, inicialmente, evidencia-se que o questionário aplicado pelo IFPI considera todas as raças/etnias elencadas pelo IBGE, constatação esta aferida pelo edital de seleção para ingresso na instituição como um todo (IFPI, 2021)³. Para Santos e Santos (2014), a categoria raça como forma de ingresso nos Institutos Federais, além de cumprir um requisito da Lei das Cotas, deixa evidente as diferenciações dos níveis sociais e entre diferentes grupos raciais no Brasil.

Conforme apresentado no gráfico 2, a maioria dos estudantes afirma-se como pardo. Faz-se necessário elucidar que a instituição considera negro o grupo que se autodeclara preto e pardo (IFPI, 2021)⁴. A partir desse apontamento, infere-se que, majoritariamente, os alunos compõem esse grupo.

² A Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o PNE que abrange, dentre as suas metas (2014/2024) universalizar, até 2016, o atendimento escolar para o Ensino Médio referente à população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, a fim de evitar distorção idade-série nesta etapa escolar. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso 27 jun. 2023.

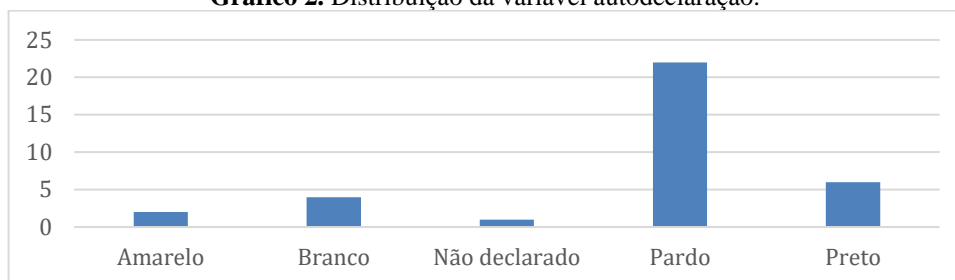
³ Esclarece-se que o edital apontado se refere ao exame classificatório para ingresso na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para o primeiro semestre letivo do ano de 2021, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, devido ao recorte temporal da pesquisa ser do ano que os discentes se matricularam no Técnico Integrado em Administração do IFPI Corrente. Disponível em: https://selecao.ifpi.edu.br/media/exame-classificatorio-2022.1/arquivo/edital_2021-11-03.pdf. Acesso 27 jun. 2023.

⁴ Esclarece-se que o edital apontado se refere ao exame classificatório para ingresso na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para o primeiro semestre letivo do ano de 2021, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, devido ao recorte temporal da pesquisa ser do ano que os discentes se matricularam no Técnico Integrado em Administração do IFPI Corrente. Disponível em: https://selecao.ifpi.edu.br/media/exame-classificatorio-2022.1/arquivo/edital_2021-11-03.pdf. Acesso 27 jun. 2023.

Registra-se que, embora o questionário contemple todas as raças/etnias, não há respostas referentes a todos os grupos. Isto é, com base nos dados, não foram encontrados estudantes que se consideram indígenas.

Chama atenção o fato de que, embora em um quantitativo bem menor, constatou-se uma parcela do alunado que não se declarou em nenhuma raça/etnia. Essa condição de não informar uma raça/etnia reflete certo aspecto sociológico do próprio alunado não se reconhecer dentro de uma raça/etnia. Registra-se que, para além de diferenças fenotípicas empregadas na discussão, os autores Santos e Santos (2014) consideram o aspecto sociológico, que define toda uma gama de relações de bases históricas delimitadas na vertente da sociedade.

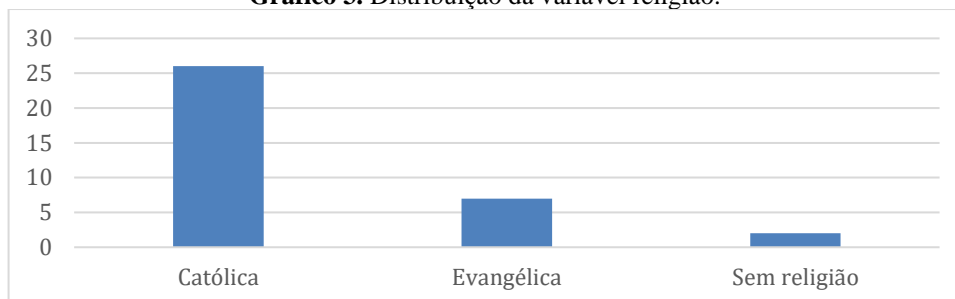
Gráfico 2. Distribuição da variável autodeclaração.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Conforme retratado no gráfico 3, abaixo, que apresenta a religião dos ingressantes, observa-se o predomínio de ingressantes da religião católica. A religião permite um conhecimento maior dos valores que envolvem uma dada sociedade, principalmente seus valores éticos. Com esses dados observa-se que a maioria é cristã e não há uma grande diversidade religiosa entre os ingressantes.

Gráfico 3. Distribuição da variável religião.

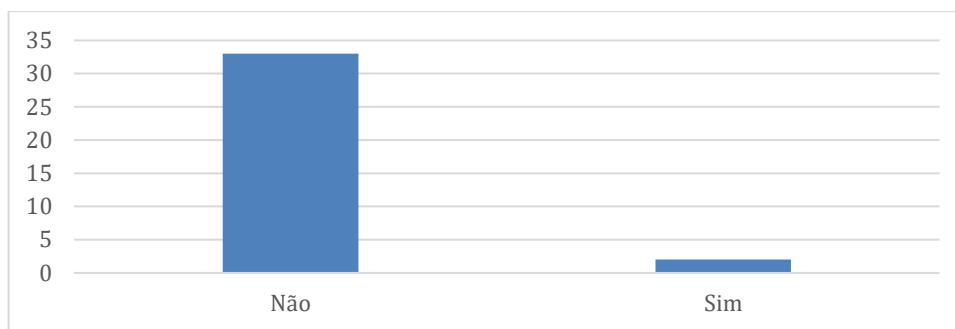


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

O conceito de necessidades específicas de apoio educacional refere-se ao grupo de estudantes que necessitam de apoio e atenção especial na escola. Ou seja, relaciona-se ao fato de se encaixar em determinadas condições e/ou apresentar alguma dificuldade. A grande maioria dos alunos responderam que não possuem necessidade específica.

Muito embora, cabe ressaltar que, pela legislação vigente, faz-se necessário que as instituições de ensino ofereçam as condições necessárias para a adequada inserção do alunado que possui qualquer limitação no processo de aprendizagem. Para isso, faz-se necessário o atendimento aos aspectos legais que regem a educação.

Gráfico 4. Distribuição da variável necessidade específica.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Continuando a traçar o perfil do alunado ingressante no curso Técnico em Administração, constatou-se que, quando adoecem, de acordo com o gráfico, a grande maioria recorre ao Sistema Único de Saúde (SUS), resultado similar ao estudo de Santos (2016). Pode-se fazer a seguinte leitura, quanto ao gráfico: muitos não possuem planos de saúde ou não têm condições financeiras de pagar por consultas e exames. Cabe destacar também que o IFPI, como um todo, disponibiliza serviços médico, odontológico, psicológico e social. Essa assistência à saúde aos discentes pode ser preconizada como uma estratégia de promoção e prevenção ao bem-estar físico, psíquico e social (Santos, 2016), uma vez que o ambiente escolar não pode ser visto, singularmente, como local de estudo e formação, sem está preocupado com ações que possibilitam a saúde discente.

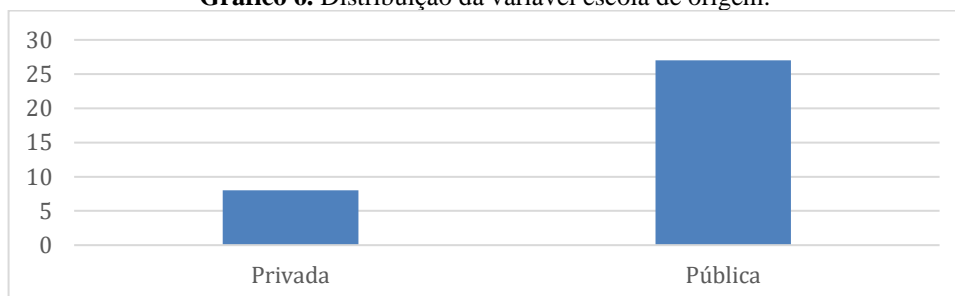
Gráfico 5. Distribuição da variável uso dos serviços de saúde.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

A leitura que se faz do gráfico 6 aponta para a predominância dos ingressantes serem alunos oriundos de unidades educacionais públicas. O que identifica que os alunos seguem o ensino público ofertado pelo Estado. Resgata-se, na análise, que embora a Lei das cotas determine que 50% das vagas dos cursos das Instituições Públicas de Ensino sejam direcionadas às ações afirmativas, no público analisado percebe-se que a percentagem mínima é superada. Dentre o percentual de 50% de vagas reservadas ao egresso da rede pública no edital ofertado pela instituição, existe a combinação de percentual associada com a combinação ou não de renda mínima e combinação ou não da raça/etnia.

Gráfico 6. Distribuição da variável escola de origem.



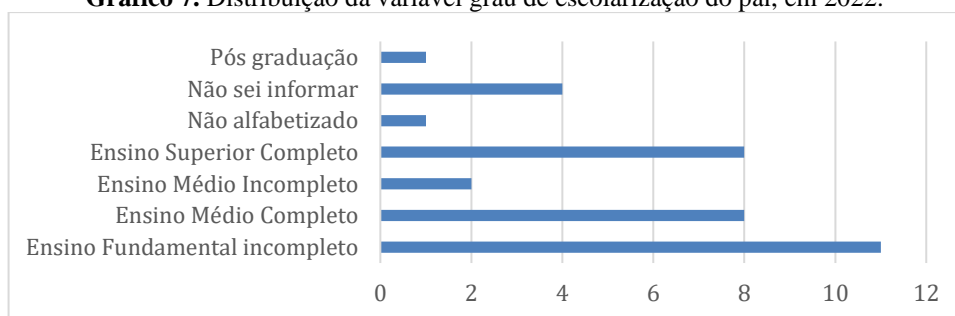
Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Ao tratarmos a questão do grau de escolaridade dos pais dos alunos (gráficos 7 e 8) constata-se que a maior parte dos pais e mães não concluíram o ensino fundamental. São adultos que não concluíram uma das etapas educacionais. Segundo dados divulgados pelo IBGE

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a escolaridade dos pais é fator de influência para garantir o diploma dos filhos. Em contraponto, Santos e Santos (2014) ressaltam que a baixa escolaridade dos pais e mães desperta o desejo do aluno em ingressar em escolas públicas de mais qualidade. Ou seja, se por um lado, o sucesso escolar dos pais incentiva o ingresso dos filhos na rede federal, por outro lado, o baixo nível de escolarização dos pais aponta que a perspectiva de que uma boa escola pode melhorar as condições de vida do filho.

Ainda, é possível inferir que a escolaridade e participação dos pais reflete no processo de alfabetização dos estudantes, visto que a família fica mais envolvida com a rotina escolar e incentiva às práticas que estimulam a leitura e a escrita. Assim, nota-se que há um avanço no grau de escolarização dos filhos, que já concluíram o ensino fundamental, diferenciando-se do perfil escolar traçado pelos pais.

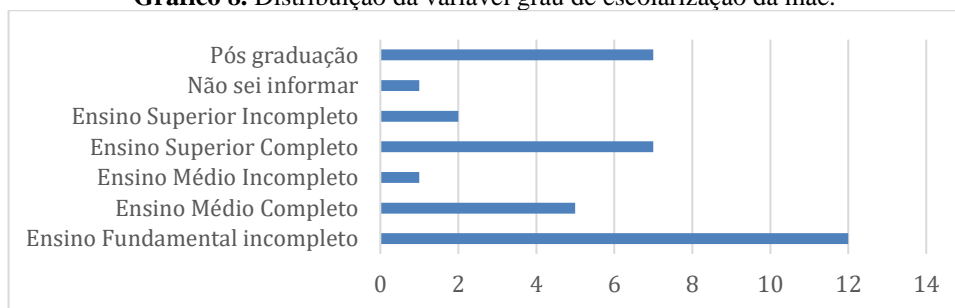
Gráfico 7. Distribuição da variável grau de escolarização do pai, em 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Outro fator observado em relação à escolaridade dos pais diz respeito ao ensino superior completo como o segundo indicador com maior representatividade, ainda que, quantitativamente, seja verificada certa proximidade com outros graus de instrução. Aos olhares de Santos e Santos (2014) e Almeida e Lyra-Silva (2021), o nível de escolaridade familiar tende a interferir no processo educacional dos filhos, sobretudo por elevar o patrimônio cultural que a família pode possibilitar e, ao mesmo tempo, influenciar em um maior êxito no capital intelectual.

Gráfico 8. Distribuição da variável grau de escolarização da mãe.

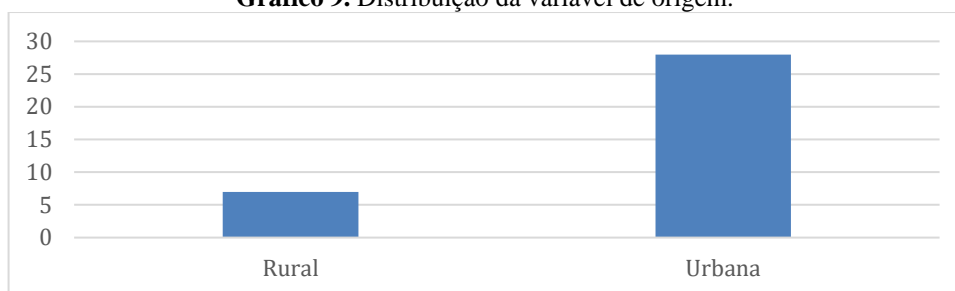


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

4.2 Origem

Na intenção de compreender o perfil dos ingressantes, a origem destes, se rural ou urbana, torna-se relevante, pois constata-se uma predominância da origem urbana, como é possível visualizar no gráfico 9, abaixo. Há de se evidenciar que, considerando sua localização, o *Campus* do IFPI está situado a cerca de 1 km do centro da cidade, em uma área predominantemente urbana. Vale ressaltar, no entanto, que alguns residem na zona rural e, em razão disso, podem enfrentar dificuldades de locomoção/ acesso ao *Campus*, principalmente aqueles que, porventura, morarem em comunidades rurais fora de Corrente ou em cidades vizinhas.

Gráfico 9. Distribuição da variável de origem.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Em relação à cidade de origem (gráfico 10), a maioria dos ingressantes são oriundos do município de oferta do curso (Corrente/PI), enquanto o outro grupo está subdividido em diversos municípios da região. A recepção de estudantes vindos de outras cidades dá-se pelo fato de o *Campus* localizar-se na maior cidade do Extremo Sul do Piauí⁵, em uma área de transição entre os biomas Caatinga e Cerrado.

Com relação a essa questão, isto é, a cidade de origem, pode-se inferir que uma parcela significativa do universo da pesquisa, para assistir as aulas, necessita realizar deslocamentos que consomem um considerável tempo diário, pois residem em municípios mais próximos. Além disso, aqueles alunos oriundos de cidades mais longínquas acabam por ter de se mudar para a cidade de Corrente até a conclusão do ensino médio. Nesses casos, pode haver um aumento no custo de vida para as famílias dos estudantes, pois serão estas que, em tese, sustentarão seus filhos.

A observação acerca da cidade de origem é relevante também porque nem todas os municípios de origem dos participantes da pesquisa possuem limites fronteiriços com Corrente, onde está localizado o *Campus*. Assim, as cidades estão dispostas na análise por escala de pequena, média ou longa distância⁶. Dos municípios citados nos dados coletados, dois localizam-se a longa distância, são eles: Parnaçuá, distante 79 km, e Formosa do Rio Preto, localizada a 78km de Corrente. Já os municípios de São Gonçalo (distante 55 km) e Riacho Frio (distante 52 km), encontram-se a média distância e, por fim, o município com menor afastamento é o de Cristalândia do Piauí, a 28 km.

Ressalta-se que, em razão da localização do grupo de municípios de onde provém os estudantes, alguns se deslocam todo dia para a cidade de Corrente, pois continuam a residirem nos municípios de origem. Cumpre destacar que o município de Formosa do Rio Preto apresenta uma situação peculiar, pois é o único situado no estado da Bahia, o que pode levar a, pelo menos, duas variáveis interpretativas: a primeira corresponde ao fato de a cidade não possuir unidade do Instituto Federal da Bahia, enquanto a segunda traduz a qualidade do ensino na unidade do IFPI, pois atrai a atenção de estudantes de municípios vizinhos, mesmo que a distância constitua certo desafio.

Ainda ponderando sobre o fenômeno em análise, é possível observar as mesmas características em outros *campi* da rede IF, tal como verificado no estudo de Sousa e Viegas (2018). Os pesquisadores constataram uma quantidade significativa de estudantes de cidades vizinhas do IFMG *Campus* Governador Valadares.

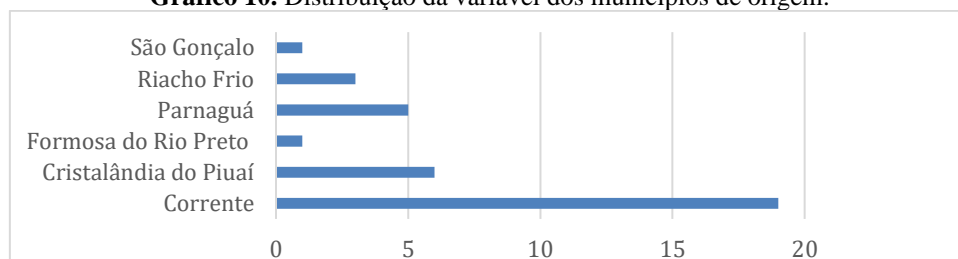
Ao traçar um paralelo com as discussões de Almeida e Lyra-Silva (2021), não se pode desconsiderar que o curso no IFPI *Campus* Corrente é em tempo integral, isto é, as aulas acontecem em dois turnos, matutino e vespertino. Assim, diferentemente das afirmações feitas

⁵ Essa microrregião piauiense é formada pelos municípios Corrente, Curimatá, Avelino Lopes, Parnaçuá, Cristalândia do Piauí, Júlio Borges, Morro Cabeça no Tempo, Riacho Frio e Sebastiao Barros, os quais estão inseridos no território Chapada das Mangabeiras.

⁶ A distância entre os municípios citados e a cidade de Corrente foi coletada com base no site <https://qualp.com.br/#/>

pelos autores supracitados em seu artigo, o discente que reside no município de Corrente tem a possibilidade de eventualmente sair do *Campus*, na condição de ter a devida justificativa dos responsáveis e, em seguida, autorização interna. No entanto, não pode passar os intervalos intraturnos em casa, apesar de a instituição não dispor de espaços para repouso, o que poderia mitigar o desgaste físico, conforme apontam Almeida e Lyra-Silva (2021).

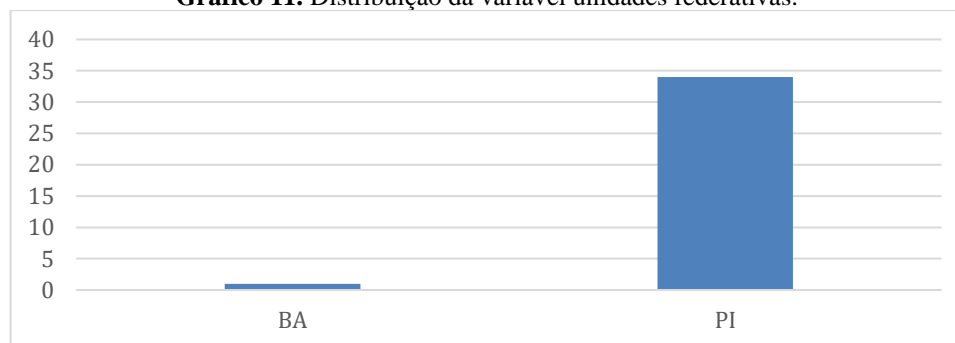
Gráfico 10. Distribuição da variável dos municípios de origem.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Sobre o estado federativo natal, ao olhar para o gráfico 11, percebe-se que a maioria dos ingressantes são oriundos do estado de oferta do curso (Piauí), e o restante de outro estado (Bahia). Tal variável aponta para a boa visibilidade do *Campus* Corrente, bem como enfatiza a oferta de um ensino de qualidade a ponto de ser procurado por estudantes de outro estado. Essa correlação, ressalta-se, é apontada também pelo estudo realizado por Sousa e Viegas (2018). Contudo, não é possível inferir o real motivo para alunos oriundos de outros municípios optarem pelo deslocamento diário para Corrente ao invés de preferirem seguir nas cidades onde moram.

Gráfico 11. Distribuição da variável unidades federativas.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

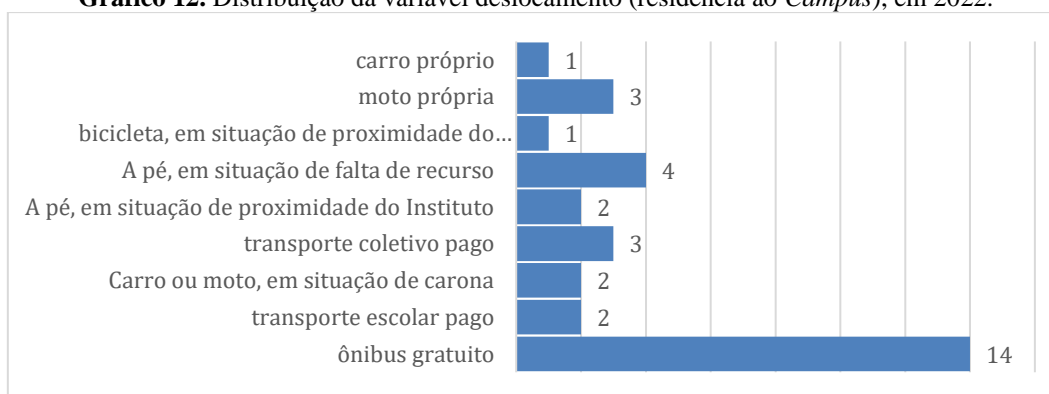
Em relação ao deslocamento dos estudantes do local onde residem até o *Campus*, a maioria respondeu que usa o ônibus gratuito, recurso ofertado pela instituição de ensino. Esse ponto, a partir das considerações de Almeida e Lyra-Silva (2021), enseja reflexão de que o uso do ônibus gratuito aponta para uma necessidade em redução de gastos com transporte. Na realidade empírica, observamos que a falta de transporte público na cidade faz com que os estudantes dependam do recurso ofertado pelo *Campus* para se deslocarem até o local de estudo. Outros alunos dependem também de carona, sistema de transporte interurbano, transporte pago, ou deslocam-se a pé – quer seja por falta de recurso para pagar transporte privado ou pelo fato de residirem muito próximos à unidade do IFPI.

Santos (2016), em seu estudo, relata que a utilização do transporte escolar pago por parte dos alunos justifica-se pela localização do *Campus* em relação ao local de origem do alunado, seja por estes residirem em zona rural, bairros mais afastados no município ou por serem provenientes de outros municípios. A autora ainda destaca que, embora o IFPI seja uma instituição pública, o (a) estudante poderá arcar com outras despesas, entre as quais, no item em análise, destaca-se o pagamento do transporte escolar por parte dos discentes provenientes de municípios circunvizinhos. É preciso considerar, também, o fato de alguns alunos utilizarem

meios de locomoção que não o ônibus institucional, situação capaz de, em algum momento, gerar certa instabilidade na frequência e na pontualidade do estudante.

Ressalta-se, ainda, que o ônibus institucional possui horário estabelecido para realizar a rota pré-determinada, reverberando assim, conforme argumentam Almeida e Lyra-Silva (2021), como um fator contributivo no tempo referente à locomoção. Tal questão não pode ser desconsiderada, pois a rota do transporte realizada exclusivamente na cidade de Corrente pode não atender à demanda de todos os alunos, sobretudo daqueles residentes na zona rural do município, local onde o ônibus não circula, motivando-os alunos a buscar outros meios de se deslocar até o IFPI. É preciso ratificar, ainda, que a instituição de ensino localiza-se a cerca de 1 km do centro da cidade, em uma área predominantemente urbana, e o município não conta com um sistema de transporte coletivo.

Gráfico 12. Distribuição da variável deslocamento (residência ao *Campus*), em 2022.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

4.3 Variável socioeconômica

Avançando na análise, discute-se sobre as faixas de renda mensal do seu grupo familiar, as quais relacionam-se com a classe social por renda em reais. Nesse ponto, os dados mostram que o valor é extremamente escasso, pois a maior parte dos ingressantes têm renda mensal do grupo familiar variável entre R\$ 251,00 e R\$ 500,00, dado este que será discutido logo adiante, com outra pergunta analisada. Para aqueles que dependem de transporte pago ou moram de aluguel, a condição financeira poderá afetar a continuidade do ensino e o rendimento escolar.

Reduzindo os parâmetros de análise, chama atenção, embora possa ser relativamente baixo em relação ao universo da pesquisa, que há alunos com renda familiar proveniente exclusivamente de programas de transferências de renda do governo federal. À luz de Santos (2016), tal condição apresenta fatores contributivos à evasão escolar, sendo a dificuldade financeira o principal motivo.

Outro ponto de argumentação nas entrelinhas, dado Santos e Santos (2014), relaciona a origem social e o sucesso escolar, pois o alunado que tem uma família em classe social elevada tende a possuir um “capital cultural”, implicando assim em maiores chances de serem bem-sucedidos na vida escolar. Almeida e Lyra-Silva (2021, p. 333) corroboram ao afirmar que: “assim, a escola, que geralmente trabalha com o patrimônio cultural da classe dominante, torna-se mais fácil para o aluno oriundo das classes dominantes, o que poderia justificar o índice maior de êxito entre esta população de estudantes”.

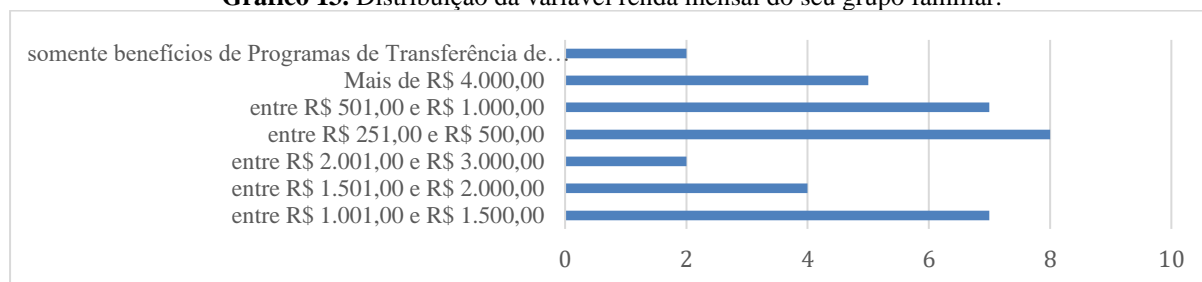
Ainda discorrendo sobre os resultados obtidos no que diz respeito à origem socioeconômica dos estudantes, cabe ressaltar que, com certa recorrência, o IFPI tem de assistilos com algum tipo de auxílio financeiro. Santos (2016), nesse sentido, compreende que o estudante que pleiteia a concessão de auxílio para complementar a renda precisa arcar com despesas de estudo e, até mesmo, auxiliar no transporte escolar. Em relação a essa questão,

ressalta-se que, conforme apontado no gráfico 8, uma parcela do alunado necessita custear o transporte até o IFPI/Corrente.

Por fim, destaca-se a baixa renda mensal familiar como uma condicionante para que o alunado ingresse no *Campus* Corrente através do benefício da lei das cotas. Santos e Santos (2014) argumentam que o quesito renda, como o cumprimento legal no tocante à ação afirmativa, se justifica por constatar a discrepância na diferenciação dos níveis econômicos entre diferentes classes no país.

Outro ponto que se destaca na análise do total de respondentes é que, praticamente mais da metade veio de escolas da rede pública, requisito essencial para concorrer às cotas.

Gráfico 13. Distribuição da variável renda mensal do seu grupo familiar.

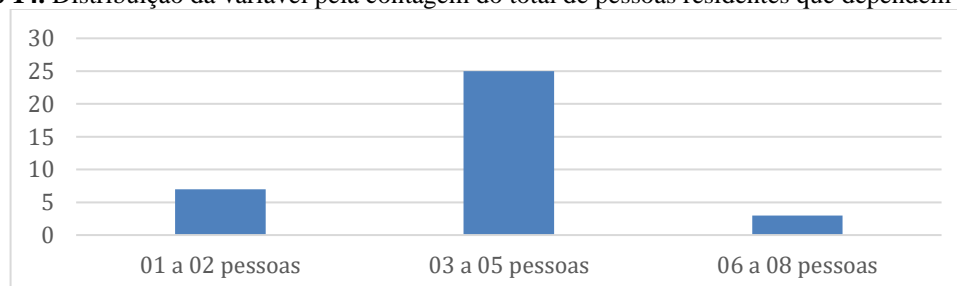


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Com relação à contagem do total de pessoas que residem na mesma casa do estudante e dependem da renda (incluindo o aluno e o responsável pelo sustento), o gráfico mostra que varia de 03 a 05 pessoas, na maior parte dos casos. Diante desse cenário, é oportuno observar que o alunado, possivelmente, carece receber algum tipo de auxílio da instituição, posto que uma parcela significativa da pesquisa apresentou, como renda mensal do grupo familiar, até R\$ 1.000,00. Dados que refletem similaridades com as estatísticas oficiais, pois segundo o IBGE (2021) a parcela de pessoas ocupadas no município corresponde apenas a 11,30%. Já os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa correspondem a 47,07%. No tocante ao número de pessoas vivendo com Programa Bolsa Família como renda principal o número é de 13.704, o que corresponde a 50,22% da população da cidade de Corrente.

No entender de Santos (2016), para muitos estudantes, a oportunidade de planejar e arcar com suas próprias despesas no âmbito do contexto escolar surge à medida em que passam a receber algum auxílio, o que contribui para a sua autonomia, pois o aluno poderá ter outras despesas intrínsecas do ambiente escolar. Contudo, é oportuno lembrar que o IFPI Campus Corrente oferece transporte escolar, no perímetro urbano do município, gratuito aos estudantes, além de almoço e jantar.

Gráfico 14. Distribuição da variável pela contagem do total de pessoas residentes que dependem da renda.

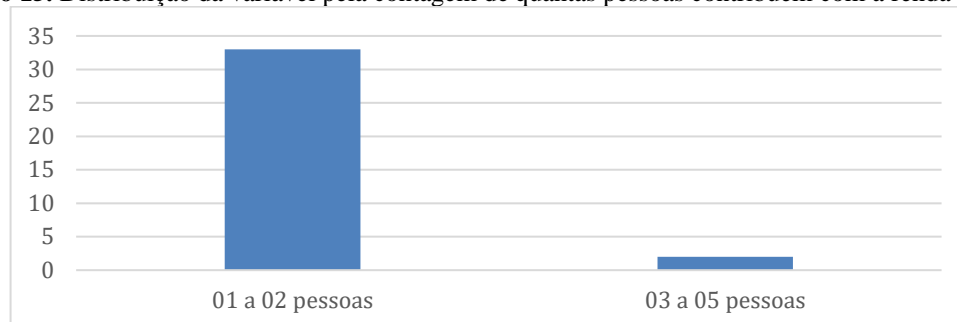


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

A respeito da contagem de pessoas contribuintes à renda familiar, o gráfico 15 mostra que são de 01 a 02 pessoas, na maior parte dos casos. Para Santos (2016), habitualmente, a renda familiar é constituída de uma ou duas pessoas, podendo ser, pai, mãe, avô ou avó. Contudo, se por um lado não se pode, neste estudo, obter exatidão acerca de quem são os provedores que

contribuem financeiramente, por outro lado, julga-se que, no ceio familiar, constituído por pai e mãe, um destes, ou os dois, seja o provedor do sustento.

Gráfico 15. Distribuição da variável pela contagem de quantas pessoas contribuem com a renda familiar.

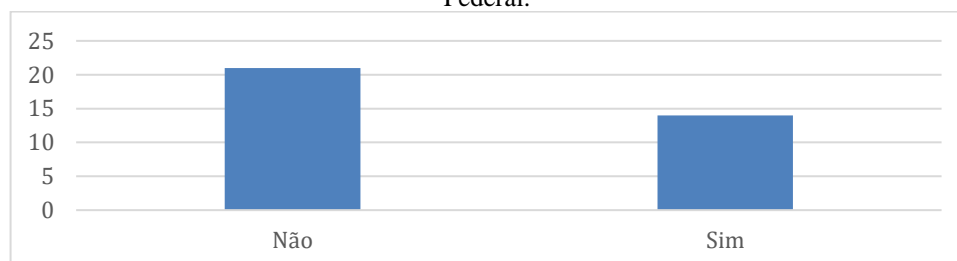


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Sobre o recebimento de algum benefício de programas de transferências de renda do governo federal, a grande maioria dos alunos responderam não contar com nenhum tipo de benefício. Se for refletir sugestão: O que pode representar uma falta de clareza da pergunta realizada, já que na pergunta seguinte a maioria afirma receber o Auxílio Brasil. Para Santos (2016), o recebimento de um benefício de transferência de renda não suprirá a renda da família como um todo, todavia, para aqueles alunos de grupo familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o benefício complementar a renda.

Assim, constata-se que os alunos precisarão de alguma assistência financeira do IFPI para a continuidade dos estudos. Nesse sentido, pode-se fazer, aqui, uma correlação com a renda mensal do grupo familiar (gráfico 13). Isto posto, a maioria dos respondentes possuem proventos de até R\$ 1.000,00, sem poder afirmar quem é ou quem são os provedores do núcleo familiar.

Gráfico 16. Distribuição da variável beneficiário de Programas de Transferências de Renda do Governo Federal.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

Percebe-se que uma parcela significativa dos respondentes participa de algum programa de renda. Para Santos (2016), a situação de vulnerabilidade social justifica o núcleo familiar do alunado a participar desses programas, pois a renda possuída pela família pode ser insuficiente para manter o estudante na escola. Nessa discussão, cabe evidenciar, à luz do decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, que a unidade familiar de baixa renda é o núcleo composto por um ou mais indivíduos que contribuam financeiramente ou tenham suas despesas atendidas por este, desde que residam em um mesmo domicílio com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo⁷.

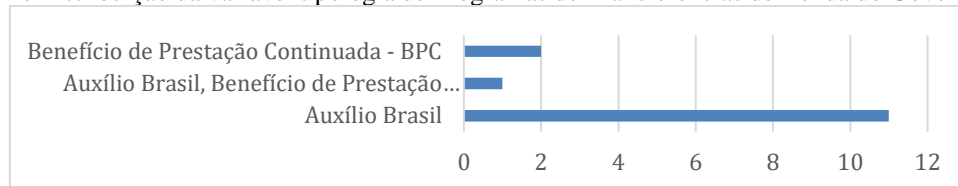
Nesse quesito, em uma verificação mais precisa, o tipo de benefício recebido por aqueles que responderam "sim" na pergunta anterior foi o Auxílio Brasil⁸. Benefício muito

⁷ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.016-de-29-de-marco-de-2022-389579729>.

⁸ Programa Auxílio Brasil com vistas à superação das vulnerabilidades sociais das famílias com garantia de renda e apoiar, por meio dos benefícios e serviços de políticas articuladas, que fora instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Atualmente esse programa encontra-se revogado. Substituído pelo retorno do

comum aos brasileiros, o Auxílio Brasil é um programa de transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza que, além de assegurar a estas uma renda básica, objetiva simplificar a cesta de benefícios e estimular a sua emancipação.

Gráfico 17. Distribuição da variável tipologia de Programas de Transferências de Renda do Governo Federal.

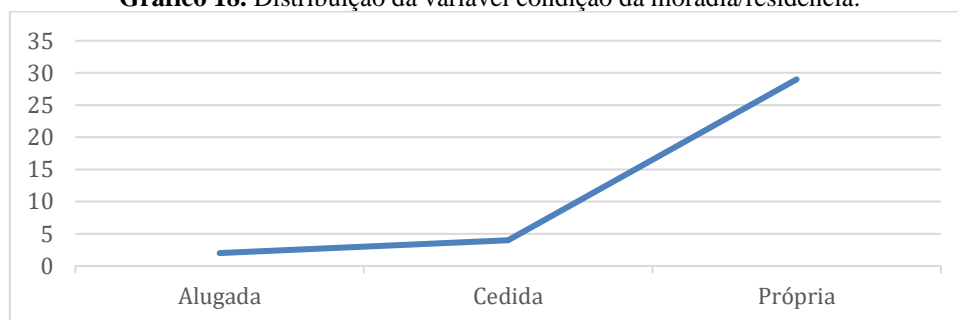


Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

No que tange à propriedade na qual residem os participantes deste estudo (gráfico 18), a maioria respondeu em casa própria, demonstrando uma maior estabilidade financeira. Tal fato pode ser um fator de permanência e seguridade para o estudante quando comparado a outra parcela, a qual mora em casas alugadas e, por isso, possui um gasto maior. Nessa discussão, é preciso também considerar que não morar em residência própria e em cidades vizinhas pode onerar ainda mais os investimentos realizados pela família quando esta enfrenta o desafio de manter o filho/a estudante fora da cidade de origem. Essa análise vai ao encontro do pensar de Almeida e Lyra-Silva (2021), quando ponderam o fato de os estudantes, quando moram com os responsáveis e na mesma cidade em que realizam o curso, contribuírem para a redução dos gastos mensais familiares.

Nessa dimensão, observa-se que uma parcela, mesmo pequena, do alunado não mora em casa própria. Assim, considerando o fato de alguns serem originários de municípios vizinhos de Corrente, infere-se que estes tendem a possuir maior representatividade em morar em casa alugada ou cedida, devido ao fato de precisarem sair de suas cidades de origens, buscando morar no município no qual localiza-se o *Campus*. Ainda sobre a discussão “moradia/residência”, mesmo que haja alunos residindo há mais de 70 km, conforme discussão feita com base no gráfico 2, há famílias que mantêm os filhos morando consigo e, dessa forma, optam por custear o deslocamento para a cidade de Corrente nos dias letivos.

Gráfico 18. Distribuição da variável condição da moradia/residência.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

O último item a ser analisado relaciona-se ao sistema de cotas. Nesse quesito, por ser plausível abranger perspectivas diversas, é possível realizar duas correlações concomitantes, com a variável autodeclaração, origem escolar e com a renda mensal, tendo em vista que as três são justificativas que levam ao alunado ingressar ou não pelo sistema de cotas.

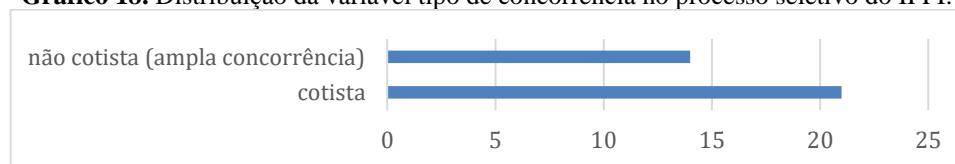
A maior parte dos alunos do curso em questão no IFPI Corrente são cotistas, ou seja, ingressaram pelo sistema de cotas, possível graças ao advento da Lei nº 12.711, de 2012. As cotas (ou ações afirmativas) são políticas públicas voltadas a priorizar determinados grupos que

sofrem desigualdade social em função de raça, gênero ou deficiência. Portanto, o sistema classificatório do IFPI *Campus* Corrente é efetivo visto que muitos dos alunos entram pelo sistema de cotas.

Traz-se à tona que a existência das ações afirmativas tem como propósito a garantia de entrada de alunos na rede federal. A respeito dessa questão, Almeida e Lyra-Silva (2021) consideram que políticas públicas de acesso à rede federal de ensino permitem o ingresso das camadas populares e economicamente baixas, provenientes de grupos à margem das oportunidades socioeconômicas e educacionais, além de pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiências.

A partir do levantamento dos dados, foi possível inferir que o *Campus* Corrente tem boa representatividade e atende ao sistema de cotas aplicado no processo seletivo. Acerca das condições pré-estabelecidas, o edital menciona cotas de egressos de escolas públicas, renda familiar bruta inferior, igual e superior a 1,5 salário mínimo per capita, autodeclarados ou não como pretos, pardos ou indígenas, e que sejam ou não pessoas com deficiência (IFPI, 2021)³. Com base nos dados, conclui-se que várias tipologias de cotas foram preenchidas para concorrer às vagas, como pode-se observar: a Distribuição da variável autodeclaração (gráfico 2); a Distribuição da variável necessidade específica (Gráfico 4); a Distribuição da variável escola de origem (gráfico 6); além da distribuição da variável beneficiário de programas de transferências de renda do governo federal (gráfico 16), e a Distribuição da variável renda mensal do seu grupo familiar (gráfico 13).

Gráfico 18. Distribuição da variável tipo de concorrência no processo seletivo do IFPI.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados institucionais (2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No propósito de alcançar o objetivo delineado, o estudo executado permitiu a construção de um panorama fidedigno acerca do grupo de estudantes sujeitos da pesquisa, isto é, os ingressantes no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração do IFPI, *Campus* Corrente, no ano de 2022. Ao longo das análises, foram reconhecidos aspectos identitários, financeiros, sociais, de saúde, faixa etária, locomoção e beneficiário de programa de transferência de renda. Ressalta-se que o conjunto de informações foi extraído do questionário institucional respondido pelos alunos ingressantes.

Diante dos dados expostos, conhecer o perfil de tais estudantes enaltece a pluralidade das características do grupo, situação que coloca a instituição frente a um complexo desafio, pois precisa contemplar as necessidades dos distintos perfis de aluno. A partir do quadro traçado neste estudo, o IFPI tem de considerar desde o aluno com limitação específica em acompanhar os conteúdos, passando por aqueles com dificuldades financeiras para se manterem no curso, os quais correspondem a uma parcela considerável. Além dos estudantes que passam a residir na cidade de Corrente e, portanto, precisam deixar suas cidades de origem para estudar.

Cabe à instituição oferecer com destreza o ensino, promover políticas de ingresso e implementar estratégias de permanência que venham atender às necessidades postas pelos seus alunos na busca do êxito escolar que não constitui tarefa fácil. Nesse contexto, não se pode excluir que, já são familiarizados e dominam as principais ferramentas tecnológicas, tendo vasta experiência no mundo virtual.

Admite-se que, como os dados referem-se a um curso específico, não é possível inferir de forma conclusiva sobre a representatividade do *Campus* Corrente como um todo nos seus mais diversos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPI. Assim sendo, defende-se que a

continuidade de estudos de modo mais aprofundado e nos diversos *campi* do IFPI possa apresentar aspectos similares aos aqui alcançados, de modo que estudos análogos possam convergir em projetos perenes, a sugerir um “observatório da vida estudantil”, como iniciativa de acompanhamento, produção e difusão de conhecimento sobre aspectos da vida estudantil.

Considera-se entre os achados, relevante a realização de mais pesquisas associadas à seara do EMI da Rede Federal, pois essas trazem informações que, analisadas, revelam explicações oportunas com vistas a conhecer as características do alunado e, por conseguinte, fundamentam aplicações maiores estratégias na assistência estudantil. Com isso, podem-se obter ações mais eficazes de atendimento integral às demandas sociais apresentadas pelos estudantes, que interferem sobremaneira em seu sucesso escolar.

Para finalizar, almeja-se que esse primeiro saber aqui construído, sobre o IFPI Corrente, possa contribuir para a criação de análise permanente do perfil dos alunos ingressantes. E espera-se que no futuro próximo, realizem-se novas pesquisas junto a outros cursos do referido *Campus*, pois estudos dessa natureza serão um mecanismo facilitador para ampliar os conhecimentos sobre quem são os estudantes e quais suas dificuldades. Dessa forma, torna-se válida a proposição para o possível prosseguimento desta pesquisa, de modo mais aprofundado. Ao mesmo tempo, é possível, ao realizar investigações como esta, trazer informações contributivas, pois vislumbra-se que venha orientar de modo mais eficiente as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, as políticas de assistência podem ser planejadas com estratégias qualificadas e eficientes quanto ao perfil dos alunos da região.

Referências

ALMEIDA, M. D. B; LYRA-SILVA, G. M. V. Perfil identitário dos estudantes que concluem o ensino médio integrado e suas relações com o êxito. **Interfaces da Educação**, v. 12, n. 34, p. 319–341, 2021. DOI: 10.26514/inter.v12i34.4733. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4733>. Acesso em: 7 jun. 2023.

ANDRADE, P. D. S. de; MELO, S. P. de A. A opção pelos cursos do ensino médio integrado. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 19, p. 1-19, 2020. DOI: 10.15628/rbept.2020.9895. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9895>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CARNEIRO, M. A. **O nó do ensino médio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

MOURA, D. H. Ensino Médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, J. *et al.* **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

RICHARDSON, J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. T. A. Política de assistência estudantil: perfil dos estudantes beneficiários do IFPI/Campus Piripiri no ano de 2014. **Somma: Revista Científica do Instituto Federal do Piauí**, v. 2, n. 1, p. 60–67, 2016. DOI: 10.51361/somma.v2i1.27. Disponível em: <http://revistas.ifpi.edu.br/index.php/somma/article/view/27>. Acesso em: 1 mai. 2023.